

Sociologia e hermenêutica: reflexões da teoria social sobre a questão da compreensão ao longo dos séculos XIX e XX

Sociology and hermeneutics: reflections on social theory regarding the question of understanding throughout the 19th and 20th centuries

Victor Pimentel Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

victor.pimentelferreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5205-0240>

Tarik Dias Hamdan

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

handam.tarik@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8662-396X>

Recebido em: 30 de dezembro de 2023

Aceito em: 30 de janeiro de 2024

BAUMAN, Z. **Hermenêutica e ciência social**: Abordagens da compreensão. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

Zygmunt Bauman, falecido em 2017, foi um destacado teórico social das últimas décadas. A relevância de Zygmunt Bauman se deve, em parte, à sua análise do “caráter líquido” da sociedade moderna, focando em temas como relações amorosas e o medo. Embora seus livros sobre a modernidade líquida sejam bem-sucedidos, esta resenha se concentra em uma obra menos conhecida: "Hermenêutica e ciência social: abordagens da compreensão", de 1978, recentemente lançada no Brasil em 2022, e selecionada aqui por três razões específicas.

O primeiro motivo para escolher a obra de Bauman é a introdução da hermenêutica como uma ferramenta crucial para a sociologia, focando na interpretação de significados atribuídos pelos atores sociais à realidade. Em segundo lugar, o livro oferece uma análise crítica das teorias sociais interpretativas, avaliando suas tentativas de legitimar a cientificidade das suas argumentações. Por fim, Bauman discute como a hermenêutica reformula o papel do sociólogo na esfera pública, desafiando a neutralidade positivista e promovendo uma abordagem mais engajada.

Nos primeiros capítulos da obra de Bauman, a hermenêutica é inicialmente apresentada como uma área dedicada à verificação da autenticidade de textos na Idade Média, evoluindo no século XVIII para uma disciplina concentrada em desvendar significados ocultos em textos. Com sua adoção pelas ciências sociais, a hermenêutica passa a focar o sentido intencional conferido pelos sujeitos, enfrentando o desafio de estabelecer sua abordagem interpretativa como válida seguindo os padrões de cientificidade.

Nesse contexto, Bauman identifica três correntes significativas que tentaram consolidar a cientificidade da tradição hermenêutica no seio das ciências sociais: a historicista (Karl Marx, Max Weber e Karl Mannheim), a racionalista (Edmund Husserl e Talcott Parsons) e a “hermeneuticamente consciente” (Martin Heidegger, Alfred Schütz e Harold Garfinkel).

A compreensão como obra da história

No âmbito das abordagens historicistas, Bauman postula que, apesar das distintas nuances entre os autores, esses sociólogos convergem para a temática hegeliana da "autocompreensão da história". Tal conceito implica que, sob a visão desses pensadores, é o desenvolvimento histórico que revela as condições necessárias ou inescapáveis para uma interpretação autêntica da realidade social. Assim, tais pensadores argumentam que essas condições, ausentes em eras pretéritas, manifestam-se na contemporaneidade ou são antevistas para um futuro iminente.

Karl Marx é destacado por Bauman como uma figura central do historicismo. Marx buscou transformar a hermenêutica em sociologia, sustentando que uma interpretação autêntica das intenções dos sujeitos só é possível em um contexto em que o significado não é distorcido pela estrutura social. Ele analisou como os modos de produção engendram formas alienantes de perceber a realidade, fazendo com que os indivíduos se vejam não como criadores, mas como produtos das instituições sociais. Um exemplo claro disso é o fenômeno do fetiche da mercadoria, a partir do qual os bens adquirem uma aparente autonomia, ofuscando a agência individual nas transações econômicas.

Todavia, esclarecer os atores sociais sobre sua "compreensão equivocada" não é suficiente. É essencial reconhecer que essa compreensão tem sua gênese na realidade social *per se* e que somente transformações profundas na esfera social podem recalibrar as representações cognitivas dos indivíduos. Tomando novamente o fetiche da mercadoria como exemplo, a simples exposição de que os indivíduos são os verdadeiros produtores de valor das mercadorias não se mostra suficiente; é imperativo entender como esse fetiche está intrinsecamente enraizado na dinâmica social da troca mercantil no contexto capitalista.

Marx postulava que o desenvolvimento histórico culminaria na dissolução da discrepância entre as representações aparentes e as intrínsecas estruturas materiais, desvelando, assim, a essência humana das interações e práticas sociais, facultando sua plena compreensão. Tal cognição se tornaria plenamente acessível somente sob um modo de produção que não perpetue formas alienadas de consciência, em que os indivíduos se reconheçam como arquitetos das estruturas sociais. Nessa ótica, o objetivo da hermenêutica passa por uma revolução social, e não meramente metodológica, uma que superasse o modo de produção capitalista.

Max Weber, alinhado à perspectiva historicista em hermenêutica, difere de Marx ao argumentar que o capitalismo possibilitou uma compreensão objetiva dos significados atribuídos aos indivíduos. Segundo Weber, o advento do capitalismo na civilização ocidental levou a formas de ação mais uniformes, transcendendo as peculiaridades de diferentes contextos temporais e geográficos. Isso substituiu a lógica específica desses contextos por uma lógica instrumental, que pode ser entendida intelectualmente.

Essa transição se materializa na medida em que os indivíduos começam a pautar suas ações segundo uma racionalidade voltada a objetivos específicos – a chamada ação social racional com relação a fins. Nesse contexto, o sociólogo não necessitaria compreender empaticamente as experiências dos atores. Em vez disso, poderia apreender, de maneira intelectual, as motivações e considerações subjacentes às suas decisões. Assim, ao dedicar-se a investigações históricas, Weber almejava elucidar as condições que viabilizaram a emergência de uma ciência social dotada de universalidade e validade.

Weber reconhece que, embora a evolução histórica tenha possibilitado o desenvolvimento de uma ciência focada na objetividade do subjetivo, é essencial que o sociólogo crie métodos para entender intelectualmente a ação instrumental dos atores. Ele enfatiza a necessidade de eliminar juízos de valor da análise sociológica e propõe a utilização de "tipos ideais" como uma metodologia eficaz para objetivamente discernir significados tradicionalmente vistos como subjetivos.

Na visão de Mannheim, busca-se uma base sociológica alinhada com a metodologia compreensiva de Weber, mas diferindo dele ao enfatizar a necessidade de se afastar dos significados intencionais, ou seja, os ligados à subjetividade dos indivíduos. Mannheim introduz o conceito de "sentido documentário", um significado externo atribuído à ação não pelo agente, mas por um observador neutro. Ele argumenta que este sentido revela como entidades como classes e nações existem autonomamente, com indivíduos agindo como portadores delas na realidade.

Para Mannheim ainda, a modernidade gerou condições para uma compreensão objetiva da realidade ao engendrar uma categoria específica de indivíduos cuja característica social distintiva é a ausência de vinculação a determinações sociais particulares. Segundo Mannheim, tal grupo é constituído pela "*intelligentsia*". A emergência dela instiga a desvinculação dos atores com suas origens e os obriga a

transcender as limitações cognitivas impostas pela filiação a determinado grupo social. Consequentemente, são compelidos a substituir os vínculos associados aos interesses dos grupos primordiais por uma conexão com seus congêneres, fundamentada em uma aspiração intelectual e na apreensão objetiva da realidade.

A compreensão como obra da razão

Na perspectiva de Bauman, Husserl emerge como o maior defensor da solução racionalista para a problemática da compreensão. Para ele, a incursão da verdade do significado deve ser desvinculada da análise das intenções subjetivas dos agentes concretos. Ele defende que é imprescindível descobrir uma modalidade de compreender que seja autônoma em relação aos indivíduos concretos historicamente situados. Caso contrário, a noção de captar objetivamente o significado deve ser abandonada.

Husserl postula que a autoevidência e a autoexplicação são inerentes ao mundo vivido e que este é intrinsecamente autossuficiente em termos de conhecimento. Ao permanecermos na "atitude natural", sem questionamentos, estamos imersos nessa realidade. Transcender essa condição requer a aplicação da redução fenomenológica, um método que desvincula a consciência de suas influências históricas e sociais para se estabelecer como ente absoluto. Husserl denominou esse procedimento como *epoché* ou suspensão transcendental, a partir do qual se suspende a postura da atitude natural, deixando de lado as concepções prévias da consciência sobre os objetos. Essa emancipação permite à consciência descobrir um significado verdadeiro e invariável, além da percepção empírica contingente.

Segundo Husserl, esse processo resulta na remoção dos elementos históricos, culturais e sociais da compreensão, em favor de uma verdade intemporal e universal, representada pela consciência em seu estado puro. Bauman critica esse método ao destacar que a redução fenomenológica parece não ter um fim definitivo, deixando apenas a especulação sobre um núcleo essencial acessível. Além disso, Husserl não desenvolveu efetivamente uma metodologia para analisar os fenômenos sociais. Ao buscar uma verdade desvinculada da realidade empírica, corremos o risco de nos alienarmos do mundo vivido, sem uma possibilidade clara de retorno.

Bauman destaca que na sociologia, o sociólogo norte-americano Talcott Parsons foi o mais empenhado em aplicar os princípios da fenomenologia husserliana. Embora

Parsons estivesse mais voltado para a realidade social e as ações individuais do dia a dia do que Husserl, ele baseou seu trabalho na análise das condições transcendentais que fundamentam as ações sociais. Essas condições, por serem transcendentais e atemporais, poderiam ser compreendidas pela razão, que, segundo Bauman, é "igualmente atemporal e apodítica" (Bauman, 2022, p. 183), permitindo uma compreensão objetiva isenta de relativismo histórico. Assim, a compreensão adequada do mundo social, para Parsons, não dependia de uma empatia em relação ao pensamento individual, mas sim da aplicação coerente e disciplinada da razão analítica.

Como muitos teóricos do pensamento social do século XX, Parsons também se viu perplexo diante da questão da ordem social (Peters, 2014, p. 118). Como é possível que as ações de indivíduos diversos, impulsionados por motivações variadas, resultem em regularidade e estabilidade na maior parte do tempo? A explicação clássica de Parsons para esse dilema enfatiza a internalização, pelos atores sociais, de normas e valores fundamentais ao funcionamento do sistema social. A assimilação dessas normas e valores compartilhados coletivamente é responsável por estabelecer uma considerável congruência entre as ações individuais, apesar das diferenças em suas finalidades e motivações. Dessa forma, as ações dos atores sociais, mesmo sendo distintas, parecem se alinhar significativamente, resultando na produção de uma sociedade ordenada.

Segundo Bauman, tal explicação demanda de Parsons a construção de um quadro teórico concentrado sobre os elementos "desaleatorizantes" das ações - ou seja, das condições (no caso, transcendentais) que tornem *necessárias* as ações individuais empreendidas. Similar a Husserl, Parsons se dedica a examinar sociologicamente o comportamento humano em um nível fundamentalmente abstrato e analítico, onde "fins e meios deixam de ser entidades reais na mente do agente e se tornam unidades conceituais de um esquema teórico" (Bauman, 2022, p. 190). Dessa maneira, a compreensão se torna a atividade de investigação dos elementos responsáveis por pressionar as escolhas dos agentes e impedi-las de assumir um caráter aleatório e desestabilizador.

Bauman argumenta que Parsons comete um equívoco semelhante ao de Husserl ao conceber a compreensão como uma operação reservada apenas ao analista especializado, fundamentada em modelos altamente abstratos e parcialmente elucidativos da realidade social. Esta visão é parcial pois, ao considerar a racionalidade como um dado a priori e não como um elemento histórico vinculado à ascensão da

modernidade, à semelhança de Weber, Parsons concebe uma sociedade composta por indivíduos sempre racionais, cujas ações são exclusivamente orientadas pelo esquema meios-fim. Isso resulta em uma sociedade irreal, existente apenas no quadro abstrato delineado por ele.

A compreensão como obra da vida

Bauman conclui sua análise das "respostas" ao problema da compreensão ao se concentrar em Heidegger, Garfinkel e Schütz, afirmando que esses pensadores foram responsáveis por deslocar as reflexões sobre a compreensão objetiva da vida social de um plano teórico, exclusivo para os intelectuais, para um plano mais concreto, próximo da realidade cotidiana e das operações práticas dos agentes sociais. Nessa perspectiva, Bauman enfatiza em sua interpretação de Heidegger que o filósofo via a compreensão como uma questão ontológica, não como um problema fundamentalmente relacionado à epistemologia, como argumentado pelos outros autores previamente mencionados.

Heidegger concebe a compreensão como um processo diário compartilhado por todos os indivíduos na sociedade, não resultante de métodos analíticos consistentes ou exclusivamente da atividade intelectual do analista. Homens e mulheres, ao viverem em comunidade, constantemente buscam atribuir diferentes significados a si mesmos e ao mundo ao seu redor. Embora a experiência cotidiana seja principalmente pré-reflexiva, pequenas perturbações na rotina permitem que os agentes reconheçam a possibilidade de que a realidade e seus elementos possam assumir configurações alternativas. Para Heidegger, a compreensão surge precisamente quando o indivíduo percebe "a possibilidade como possibilidade" (Bauman, 2022, p. 233).

Bauman enfatiza que a etnometodologia, mais especificamente representada por Harold Garfinkel, aborda a compreensão como uma realização comum, reconhecendo sua complexidade dentro da vida social diária. Garfinkel concentrou-se na descrição dos métodos pelos quais os indivíduos atribuem significado às suas próprias ações e às dos outros no cotidiano. A análise dos "etnométodos" que utilizam desafia a visão predominante na época, especialmente a hegemonia parsoniana, argumentando criticamente que os atores sociais não são meros receptores culturais passivos, mas sim agentes competentes. Eles têm a capacidade de modular as influências estruturais em

seus comportamentos, além de julgar e avaliar a coerência das ações dos outros membros da sociedade.

Bauman destaca que Alfred Schütz estabeleceu as bases teóricas para as investigações empíricas da etnometodologia. Schütz, assim como Heidegger, enfatizou que o "mundo da vida", a experiência cotidiana não reflexiva dos agentes sociais, é o principal foco de análise no que diz respeito à compreensão. Se os agentes sociais estão constantemente negociando suas interações, a exploração das maneiras pelas quais eles alcançam a compreensão pode contribuir para a compreensão geral de como essa compreensão é possível. Schütz propôs o desenvolvimento de uma sociologia da compreensão centrada na "análise dos procedimentos interpretativos usados para inserir significados no mundo da vida cotidiana" (Bauman, 2022, p. 253). Essa abordagem sociológica, semelhante à etnometodologia anteriormente desenvolvida, se dedicaria a investigar como os agentes atribuem significados retrospectivamente - isto é, após a ação - tanto às suas próprias ações quanto às dos outros, de maneira semelhante à perspectiva dos sociólogos.

Conclusão

Bauman enfatiza nos últimos capítulos de sua obra que os defensores da "compreensão como obra da vida" desempenharam um papel crucial ao realçar que as dificuldades na compreensão estão ligadas às complexidades de estabelecer um consenso comunitário, ou seja, um entendimento coletivo compartilhado. Essa visão reflete a influência da teoria crítica de Jürgen Habermas, especialmente de sua obra "A Teoria da Ação Comunicativa" (1984), na perspectiva de Bauman. Nesse contexto, a compreensão se torna problemática quando as orientações de conduta são ambíguas, levando os interlocutores a atribuírem interpretações divergentes às ações devido à falta de uma comunicação eficaz entre eles. Assim, somente a resolução dessas ambiguidades e a institucionalização de uma interpretação consensual podem permitir o surgimento de uma compreensão genuína. Isso implica que tal consenso deve ser alcançado por meio de negociações entre indivíduos que se reconhecem como entidades autônomas e independentes.

Bauman concentra-se também nos efeitos das condições desiguais na construção de uma comunicação intersubjetiva verdadeiramente democrática. Ele aborda como os grupos sociais dominantes moldam consensos sobre o mundo social que podem

perpetuar desigualdades entre os indivíduos, mobilizando discussões importantes da sociologia e antropologia. O sociólogo polonês destaca que o problema da compreensão é intrinsecamente político, relacionado às relações assimétricas de poder presentes na sociedade. Assim, a publicação de "Hermenêutica e ciência social" em português pode contribuir significativamente para debates epistemológicos, metodológicos e políticos, oferecendo insights valiosos para essas discussões.

Referências

BAUMAN, Z. *Hermenêutica e ciência social: Abordagens da compreensão*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action: Reason and the rationalization of society*. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1.

PETERS, G. Ordem social e (in)segurança ontológica: esboços de existencialismo sociológico em Peter Berger, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO*, n. 40, p. 117-150, 2014.